

“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

Luiz Alberto Gurgel de Faria
Agosto de 2017



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

Luiz Alberto Gurgel de Faria

- **Ministro do Superior Tribunal de Justiça;**
- **Mestre e Doutor em Direito pela UFPE;**
- **Professor da UFRN, em colaboração técnica com a UnB.**



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E SEGURANÇA JURÍDICA



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO FISCAL NO ÂMBITO FEDERAL



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

COISA JULGADA ADMINISTRATIVA



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

DECISÃO FAVORÁVEL X DECISÃO CONTRÁRIA (AO CONTRIBUINTE)



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

BOA FÉ X MÁ FÉ



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

**“ART. 45. NO CASO DE DECISÃO DEFINITIVA FAVORÁVEL AO SUJEITO PASSIVO, CUMPRE À AUTORIDADE PREPARADORA EXONERÁ-LO, DE OFÍCIO, DOS GRAVAMES DECORRENTES DO LITÍGIO.”
(DECRETO N. 70.235/1972)**



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

“ART. 54. O DIREITO DA ADMINISTRAÇÃO DE ANULAR OS ATOS ADMINISTRATIVOS DE QUE DECORRAM EFEITOS FAVORÁVEIS PARA OS DESTINATÁRIOS DECAI EM CINCO ANOS, CONTADOS DA DATA EM QUE FORAM PRATICADOS, SALVO COMPROVADA MÁ-FÉ.” (LEI N. 9.784/1999)



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

“AS DECISÕES DEFINITIVAS DE MÉRITO, PROFERIDAS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL, NA SISTEMÁTICA DOS ARTS. 543-B E 543-C DA LEI N° 5.869, DE 1973, OU DOS ARTS. 1.036 A 1.041 DA LEI N° 13.105, DE 2015 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, DEVERÃO SER REPRODUZIDAS PELOS CONSELHEIROS NO JULGAMENTO DOS RECURSOS NO ÂMBITO DO CARF”. (§ 2º, ART. 62, RICARF).



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

TRIBUTÁRIO. INCENTIVOS FISCAIS LAUDOS
CONSTITUTIVOS EXPEDIDOS PELA INVENTARIANÇA
EXTRAJUDICIAL DA EXTINTA SUDENE. REGIÃO SUL DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. ZONA GEOGRÁFICA DA
ABOLIDA AUTARQUIA. NÃO INCLUSÃO. ATOS
ADMINISTRATIVOS EIVADOS DE ILEGALIDADE. NULIDADE.
ISENÇÃO. INTERPRETAÇÃO LITERAL. DIREITO À
UTILIZAÇÃO DO BENEFÍCIO. PERÍODO ENTRE A SUA
CONCESSÃO E A DECISÃO DEFINITIVA QUE O REVOGOU.
RECONHECIMENTO PELO CARF. INCONFORMISMO DO ENTE
PÚBLICO. PREJUÍZO. (STJ, 1ª T., REsp 1.128.717/PE, rel.
p/acórdão Min. Gurgel de Faria, j. 08/08/2017).



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. COFINS. CONCEITO DE RECEITAS RELATIVAS ÀS ATIVIDADES PRÓPRIAS DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS PARA FINS DE GOZO DA ISENÇÃO PREVISTA NO ART. 14, X, DA MP N. 2.158-35/2001. ILEGALIDADE DO ART. 47, II E § 2º, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF N. 247/2002. SOCIEDADE CIVIL EDUCACIONAL OU DE CARÁTER CULTURAL E CIENTÍFICO. MENSALIDADES DE ALUNOS. ... PRECEDENTES DO CARF. (STJ, 1ª S., REsp 1.353.111/RS, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 23/09/2015).



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

A DEFESA REVELA OBSTINAÇÃO GENÉRICA E INSISTE NA FALTA DE TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL QUANDO, POR VÁRIAS VEZES, AS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS REGISTRARAM QUE OCORREU O LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO E QUE O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS - CARF -, INSTADO A PRESTAR INFORMAÇÕES NO CURSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, ESCLARECEU NÃO HAVER FATOR IMPEDITIVO PARA A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, JÁ INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA E EM FASE DE COBRANÇA JUDICIAL. (STJ, 6ª T., AGARESP 819.426/SP, rel. Min. Rogério Schietti Cruz, j. 12/05/2016).

“NÃO SE TIPIFICA CRIME MATERIAL CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, PREVISTO NO ART. 1º, INCISOS I A IV, DA LEI Nº 8.137/90, ANTES DO LANÇAMENTO DEFINITIVO DO TRIBUTO”.
SÚMULA VINCULANTE 24 - STF



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

INEXISTE EQUIVALÊNCIA ENTRE O CONCEITO DE CORRETOR DE SEGUROS E O DE AGENTE AUTÔNOMO DE SEGUROS PRIVADOS, CUJAS ATIVIDADES SÃO DISCIPLINADAS PELOS REGIMES JURÍDICOS ESTABELECIDOS, RESPECTIVAMENTE, NO DECRETO-LEI 73/1966 E NA LEI 4.886/1965. ENTENDIMENTO PACIFICADO NO ÂMBITO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS. (STJ, 2ª T., REsp 1.039.784/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, j. 07/05/2009).



“A Relevância do Precedente do CARF na formação da jurisprudência tributária dos tribunais”

“A NOSSA MAIOR GLÓRIA NÃO RESIDE NO FATO DE NUNCA CAIRMOS, MAS SIM EM LEVANTARMOS SEMPRE DEPOIS DE CADA QUEDA.” OLIVER GOLDSMITH

